

COMISSÃO DIRETORA

PARECER Nº 363, DE 2007

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2007 (MPV nº 339, de 2006).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2007 (MPV nº 339, de 2006), que *regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 22 de maio de 2007.

ANEXO AO PARECER Nº 363, DE 2007.

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2007 (Medida Provisória nº 339, de 2006).

Emenda nº 1**(Corresponde à Emenda nº 232- Relator-revisor)**

Suprima-se o inciso V do § 2º do art. 8º, renumerando-se o inciso subsequente.

Emenda nº 2**(Corresponde à Subemenda à Emenda nº 233 – Relator-revisor)**

Suprima-se, no § 4º do art. 8º, a expressão “até a data de publicação desta Lei”.

Emenda nº 3**(Corresponde à Subemenda à Emenda nº 234- Relator-revisor)**

No art. 10, acresça-se aos incisos I e II a expressão “em tempo integral”, substitua-se o inciso III pela expressão “creche em tempo parcial” e inclua-se o inciso IV, como “pré-escola em tempo parcial”, renumerando-se os incisos subsequentes.

Emenda nº 4**(Corresponde à Emenda nº 236 – Relator-revisor)**

Dê-se ao art. 11 a seguinte redação:

“Art. 11. A apropriação dos recursos em função das matrículas na modalidade de educação de jovens e adultos, nos termos da alínea ‘c’ do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observará, em cada Estado e no Distrito Federal, percentual de até 15% (quinze por cento) dos recursos do Fundo respectivo.”

Emenda nº 5**(Corresponde à Emenda nº 239 – Relator-revisor)**

Suprima-se no § 2º do art. 12 a expressão “referidas no caput”.

Emenda nº 6

(Corresponde à Emenda nº 240 – Relator-revisor)

Insira-se no art. 36 o seguinte § 2º, renomeando-se o parágrafo único como § 1º:

“Art. 36.

§ 2º Na fixação dos valores a partir do 2º ano de vigência do Fundeb, as ponderações entre as matrículas da educação infantil seguirão, no mínimo, as seguintes pontuações:

I - creche pública em tempo integral – 1,10 (um inteiro e dez centésimos);

II – creche pública em tempo parcial – 0,80 (oitenta centésimos);

III – creche conveniada em tempo integral – 0,95 (noventa e cinco centésimos);

IV - creche conveniada em tempo parcial – 0,80 (oitenta centésimos);

V - pré-escola em tempo integral – 1,15 (um inteiro e quinze centésimos);

VI - pré-escola em tempo parcial - 0,90 (noventa centésimos).”

Emenda nº 7

(Corresponde à Emenda nº 194 – apresentada perante a Comissão Mista)

Dê-se ao art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, alterado pelo art. 42 do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 42.

‘Art. 5º Para os fins previsto nas Lei nºs 9.496, de 11 de setembro de 1997, e 8.727, de 5 de novembro de 1993, na Medida Provisória nº 2.118-26, de 27 de dezembro de 2000, e no art. 4º, o cálculo da RLR excluirá da receita realizada a totalidade dos recursos aportados ao Fundeb e ao Fundef.

.....’ (NR)”